



## Elenco de *Ajuricaba* protesta contra a emancipação do índio por decreto

O grupo teatral *Cena Aberta do Pará* está em Brasília mostrando *A Paixão de Ajuricaba*, um dos mais importantes trabalhos do dramaturgo amazonense Márcio de Sousa. A peça está em cartaz na Sala Martins' Pena do Teatro Nacional, e faz temporada até domingo.

Quem assistir ao espetáculo, receberá do Grupo *Cena Aberta*, uma carta-manifesto, onde protesta contra a "emancipação do índio por decreto."

Eis a íntegra da carta dos atores que mostram *A Paixão de Ajuricaba*, a rebelde da Amazônia.

"O Grupo do Teatro *Cena Aberta*, com o apoio da Associação Regional dos Sociólogos - Pará, da Associação Brasileira de Antropologia Seção Regional do Pará e do Grupo de Apoio ao Índio - Pará, vem encenando esta peça em Belém a partir de dezembro de 1978, ocasião em que ainda se debatia o problema da "emancipação" do índio. Na época, aproveitávamos a oportunidade de estarmos reunidos pela *Paixão de Ajuricaba*, para repudiar a idéia de Emancipação do Índio por decreto e a inoportunidade da "emancipação" que se pretendia fazer, considerando as condições concretas em que vivem as populações indígenas.

Os índios, na legislação brasileira, são tutelados pelo Estado. Esta foi a solução encontrada para classificar os índios como pessoas especiais, diferentes dos "civilizados", com uma língua e costumes próprios, necessitando de uma proteção especial, pois são mais sujeitos de sofrerem as agressões da sociedade de classes envolvente. Isto significa que a lei deu ao índio um Estatuto Civil Especial - a incapacidade relativa perante a lei - visando ampará-lo e não para humilhá-lo. Ampará-lo em sua carência contra as enfermidades levadas por nós, contra a cobiça dos que usurpam sua terra, contra a exploração e escravização do homem, contra o desengano e a desmoralização. Assim tem sido entendido pela melhor tradição indigenista brasileira.

Mas, na verdade, apesar de a história registrar um grande número de documentos legais por cujo intermédio o "civilizado" procura proteger o "selvagem", essa proteção foi sempre oferecida a um preço muito alto, pois o mínimo que o índio vem pagando por ela tem sido o abandono de suas crenças religiosas, das suas regras de casamento e concepção de família, dos seus sistemas econômico e político. A animosidade para com os índios diz respeito a uma espécie de complexo de inferioridade cultivado por todos os que têm vergonha de terem nascido num país tropical que tem cobras, feras, negros, mulatos e índios, apesar de não chegarmos a ter nem 200 mil índios. A hostilidade também se baseia na idéia absurda de que os índios são um obstáculo ao progresso. Ora, antigamente, quando os índios eram cerca de 5 milhões, qualquer atitude indígena hostil à "civilização" podia mesmo torná-la impraticável. Mas, hoje em dia, os índios são tão poucos para os 120 milhões da população brasileira que essa oposição é praticamente impossível, sobretudo por não terem produzido e nem possuírem navios, guerra, mísseis, tanques, bombas, caças etc.

Nós é que temos sido ao longo de 4 séculos de dominação uma ameaça permanente à existência dessa minoria étnica, constituída por so-

ciudades diametralmente opostas à nossa, nas quais, por exemplo, os meios necessários para se produzir os bens econômicos não estão apropriados privadamente: a terra não é do capital, nem tampouco o trabalho é uma mercadoria, uma coisa que se vende, escravizando o homem a esse mesmo capital possuído por uns poucos. A presença de uma sociedade assim, mostrando, concretamente, e bem perto de nós, a possibilidade de outras maneiras de organização da vida humana, é motivo de grande incômodo.

A "questão do índio" surge em função da política colonizadora de ocupação dos "espaços vazios", mesmo que o espaço não esteja vazio, o Estado esvazia o espaço para permitir a penetração do capital. No Brasil contemporâneo, toda a tragédia das sociedades indígenas esteve sempre ligada aos projetos desenvolvimentistas dos governos nacionais, violando a identidade étnica dessas populações, construindo estradas que mutilam as terras indígenas, facilitando o avanço de grandes empresas multinacionais, expropriando os posseiros de suas terras, os quais são obrigados a avançar sobre os territórios tribais, entrando em choque com os índios.

Agora, além da política desenfreada de construção de rodovias, uma nova ameaça paira sobre as populações indígenas brasileiras, a qual se está concretizando a partir dos projetos já implantados ou por implantar, visando a construção de grandes hidrelétricas. Assim, os estudos para a construção da hidrelétrica do Xingu já se encontram em fase adiantada. No Estado do Amazonas, a construção da hidrelétrica de Balbina atinge territórios indígenas, da mesma forma como a BR-174 (Manaus-Boa Vista) corta o território dos Waimiri - Atroari. No Pará, a hidrelétrica de Tucuruí provocará a inundação do território dos Parakanan, motivando a transferência forçada do grupo para uma outra área, além do fato de que suas linhas de transmissão irão destruir parcialmente os castanhais dos Gaviões, trazendo um grande prejuízo material a esses índios.

Cumpra ao Estado o dever, estabelecido em lei e com prazo fixado, de demarcar as terras indígenas. Embora esse prazo já tenha se esgotado, a verdade dolorosa e vergonhosa para os brasileiros é que nem todos os grupos indígenas têm suas terras demarcadas, com a FUNAI dispondo de recursos insignificantes para essa tarefa exigida por lei. A própria Constituição Federal atualmente em vigor deixou de reconhecer, ao contrário da tradição constitucionalista brasileira, a propriedade dos índios sobre as terras que eles ocupam como os primeiros e originários senhores delas, determinando que as mesmas pertencem à União como propriedade e que delas os índios mantêm apenas a posse.

Ao expor de público algumas das mais graves questões que afligem as populações indígenas brasileiras, o Grupo de Teatro *Cena Aberta* a ARS-PA, a ABA-PA e o GAI-PA lamentam que seja negado ao índio o direito de permanecer índio e de contestar o que nós chamamos de civilização como *Ajuricaba* contestou as mazelas do colonialismo do século XVIII que em nossos dias, se apresenta com uma nova face, o de um colonialismo interno aplicado às sociedades tribais sobreviventes no território nacional.